

ARTIGO

“FOI GENTE BOA QUEM LINCHOU”: REPRESENTAÇÕES JORNALÍSTICAS DE UM JUSTIÇAMENTO POPULAR OCORRIDO EM UMA PERIFERIA FLUMINENSE

“IT WAS GOOD PEOPLE WHO LYNCHED”: IMAGES OF A POPULAR EXECUTION IN A PERIPHERAL STATE OF RIO DE JANEIRO

LINDERVAL AUGUSTO MONTEIRO*

RESUMO

O artigo diz respeito a uma narrativa intensiva do primeiro caso de linchamento ocorrido na Baixada Fluminense (Rio de Janeiro) no período seguinte ao movimento de colonização proletária da região - algo que localizo entre as décadas de 1950 e 1980. Trata-se do linchamento de Augusto Lopes da Silva, de 64 anos, que foi amarrado a um poste da rua das Graças em Nova Iguaçu, após ser considerado ladrão por moradores do bairro em formação de Jardim Iguaçu. Augusto foi espancado por toda a noite de 18 de janeiro de 1970, sendo o caso detalhadamente exposto pelos principais periódicos cariocas nas semanas e meses seguintes e se transformando em 1976 no episódio base do filme *“Crueldade Mortal”*, de Luiz Paulino de Souza. Objetivo na presente pesquisa relacionar o suplício de Augusto com as formas populares de colonizar a Baixada, bem como pensar as representações presentes nos periódicos cariocas sobre a região na década de 1970.

PALAVRAS-CHAVE: violência; migração interna; Baixada Fluminense; linchamentos; autoconstrução.

ABSTRACT

The article is about an intensive narrative of the first case of lynching occurred in Baixada Fluminense (Rio de Janeiro) in the next period of proletarian’s colonization of the region – something that I locate between 1950 and 1980. It’s about the Augusto Lopes da Silva’s lynching, 64 years old, that was tied in a stake of Graça’s street in Nova Iguaçu, after considered thief by the residents of the neighborhood. Augusto was beaten during all the night of January’s 18, 1970, being the case exposed in detail by the main cariocas in the following weeks and months, be-ing in 1976 the movie *“Crueldade Mortal”*, by Luiz Paulino de Souza. I pretend in this article, list the Augusto’s torment with the popular forms of colonize the Baixada, As well as to think about the representations present in the Carioca periodicals about the region in the 1970s.

KEYWORDS: violence; internal migration; Baixada Fluminense; lynching; self-construction.

Introdução

Manhã chuvosa. Rua das Graças, Jardim Iguaçu, Nova Iguaçu, estado do Rio de Janeiro. Dia 19 de janeiro de 1970. Segunda-feira. De costas para o poste, mas preso a ele fortemente pela cintura e pelas mãos, agoniza um homem ensanguentado após ser torturado ao longo da noite.

No dia seguinte, os jornais¹ estamparam como foto de capa o homem - “de físico franzino” - preso ao poste. Na seção policial desses periódicos havia relatos muito semelhantes que podem ser resumidos da seguinte forma: o homem morto se chamava Geraldo Viana de Carvalho, “débil mental”, tinha 50 anos, mendigo, perambulava pelas ruas do bairro. Era inocente e foi massacrado por um bando de “marginais”.

A sugestão era de que foi pura crueldade o extermínio do “velho” que três dias antes foi conduzido por policiais para um hospital psiquiátrico da Guanabara, mas que, liberado logo em seguida, voltara para o bairro, sendo envolvido em uma tentativa de assalto e terminara preso ao poste, espancado, esfaqueado e baleado provavelmente pelos mesmos “marginais” que tentaram assaltar a loja de materiais de construção Fornecedora Novo Mundo.

Uma versão diferente trazia o Jornal do Brasil daquele dia. Nela uma mulher, Lucíola Esterque, alegava ter continuado a ouvir o “velho” gemendo ao longo de toda a noite. Explicava que ele foi amarrado ao poste por seis homens, que antes disso tentou invadir seu “casebre” quando ela tomava banho, ocasião em que seu marido e alguns de seus parentes levaram o homem até a esquina, lá o deixando.

Nos dias seguintes os periódicos fizeram o inusual e desdobraram a história. Alguns equívocos das edições do dia 20 de janeiro foram logo corrigidos. O maior deles foi a informação de que o assassinado se chamava Geraldo Viana de Carvalho e que ele tinha 50 anos de idade. Uma das filhas da vítima surgiu e esclareceu que seu pai se chamava Augusto Lopes da Silva, que contava 64 anos e que morava no distrito iguaçuano de Cabuçu, onde construía uma casa e era proprietário de um pequeno sítio.

A partir desse dia e nos seguintes, o retrato do “velho” redesenhou-se ao mesmo tempo em que depoimentos diversos permitiram que o enredo do linchamento visto pela ótica da imprensa fosse construído.

Mas por que esse linchamento em especial despertou a atenção da mídia? A pergunta procede porque crimes coletivos desse tipo raramente se tornam objetos de mais de uma edição de um jornal. Bem ao contrário disso, esse caso foi tratado por quase a totalidade dos maiores periódicos cariocas e fluminenses que circulavam em 1970 e ocupou, por mais de um ano, as páginas dos jornais aqui privilegiados.

É bastante provável que o *status* “gente boa” da vítima tenha evitado o esquecimento instantâneo do caso pela imprensa e pelas autoridades policiais.

A ideia de uma ação irracional e compartilhada por vizinhos de infortúnio agredidos por circunstâncias opressivas ao extremo é perturbadora. Talvez por isso o linchamento do senhor Augusto tenha inspirado o cineasta José Paulino de Souza, que em 1976 dirigiu o filme *Crueldade Mortal*, obra que narra o justicamento de Jardim Iguaçú.

É elementar que o que chama atenção na “crueldade mortal” de Jardim Iguaçú não é o lado explicitamente macabro da história. Além da narrativa em si do evento, que as mídias apresentaram de forma fragmentada, mas que devido à continuidade da atenção jornalística, possibilitará aqui a construção de algo mais de acordo com a teia dos acontecimentos, o que se pretende é visualizar aquilo que os jornalistas não captariam por mais que se esforçassem: o contexto gerador do que José de Souza Martins, citando estudiosos que ele chama de “sociólogos mais antigos”, categoriza como “comportamento coletivo”² ou aquilo que Foucault chamou de “ato de justiça popular profundamente antijudiciário”³.

A investigação das maneiras populares de colonização da Baixada Fluminense constitui-se no objetivo básico da narrativa micro analítica que segue. O momento do crime é 1970, exatamente o início do tempo em que nossa região abandonará as sombras, aparecendo cada vez mais, na visão jornalística, como o lugar de seres bárbaros, desenraizados, abandonados pelo Estado e fatalmente destinados aos subempregos ou ao crime.

O mais provável é que o retrato produzido por esse artigo revele uma população pobre e perversamente incluída no capitalismo brasileiro organizando-se a fim de amenizar as muitas agruras inerentes a uma vida periférica.

O bode-expiatório

O retrato de vítima é elementar que corresponde ao do senhor Augusto. Se nas edições do dia 20 de janeiro ele era somente um mendigo envolvido, não se sabia bem porque, em um assalto que resultou em sua

eliminação, as matérias do Jornal do Brasil e de O Globo indicavam sua inocência. Representado como mentalmente confuso, tentara invadir casas alheias, despiu-se na frente dos moradores, porém suas ações não eram ofensivas. O castigo foi injusto, os moradores o confundiram com um ladrão qualquer e por isso o amarraram ao poste.

Um primeiro choque já se deu nesse dia entre a versão do comissário de polícia e dos moradores do local. Enquanto os últimos alegavam nunca terem visto o homem, o comissário Dinorá, reconheceu “Geraldo”, nomeou-o e lembrou que ele fora recolhido dias antes em Cabuçu e enviado a um hospital.

Se em Cabuçu ele entrava em casas quaisquer, imaginando que essas eram suas e todos compreendiam isso e somente o afastavam, ali foi diferente. Distante de seus vizinhos, terminou amarrado ao poste e torturado por toda a noite. Se foi isso que pensou e disse o comissário de polícia, tal não compreenderam os jornalistas presentes. Não tendo a menor ideia de onde era Cabuçu, fundiram os dois lugares e transferiram a confusão para as matérias dos dias seguintes, ato que solidificou uma versão que é aquela inspiradora do roteiro cinematográfico de *Crueldade Mortal*, onde o senhor Augusto era morador de Morro Agudo e não de Cabuçu.

Se a primeira imagem de Augusto era a de um mendigo semivestido, justicado pelos vizinhos por perturbar a vida desses, no dia seguinte o retrato inicia sua modificação na direção da construção da pintura de uma vítima fortuita, absolutamente não contribuinte para sua morte e enquadrada dentro de uma categoria muito cara aos jornalistas que tratavam de casos policiares na década de 1970: a das pessoas não sacrificáveis.

As edições do Jornal do Brasil e de O Globo dos dias 21 e 22 de janeiro, apresentaram depoimentos destinados a identificar melhor a vítima. A filha de Augusto identificou finalmente o pai, desmentindo a notícia dele chamar-se Geraldo. Localizou como local de sua moradia a rua Caçapava, no distrito de Cabuçu, em Nova Iguaçu. Informou que ele saíra de Pernambuco cerca de seis anos antes da morte, somente com a roupa do corpo e devido a desentendimentos com sua mulher e os treze filhos.

As informações referentes a sua origem nordestina, sua idade e sua grande família deixada em Pernambuco confirmaram-se, assim como as características fornecidas pela suposta derradeira paixão do nordestino.

A mulher informou que Augusto era um homem bastante trabalhador que cultivava hortaliças em sua propriedade e que vendia pedras e ferro para construção nas horas em que não empurrava pelo centro de Cabuçu o carrinho de mão usado por ele para comercializar as verduras cultivadas. Tanto trabalhou que conseguiu juntar cinco mil cruzeiros novos⁴ para a construção da casa que finalizava em Cabuçu.

Seus vizinhos atribuíam ao amor por sua vizinha a razão de sua perdição. Se sentindo velho, Augusto passara, desde um mês antes de seu massacre, a beber “remédios e beberagens” a fim de viver sua “última paixão”. Repelido, passou a perambular, chamar todas as casas de suas até que na sexta-feira quebrou a cerca e o galinheiro de um morador de seu “sítio”, foi recolhido pelo subdelegado de Cabuçu que o conduziu à delegacia de Nova Iguaçu, responsável pelo seu encaminhamento para o hospital psiquiátrico onde sua internação foi recusada.

Um hiato há entre o hospital que o recusou na sexta-feira, por não ser lá cadastrado e sua chegada em Morro Agudo no domingo à noite. O

mais provável é que ele, dispensado do hospital, tenha voltado na viatura policial até a delegacia do centro de Nova Iguaçu e lá tenha sido liberado.

No estado de confusão mental em que se encontrava, é bastante provável que tenha tentado retornar para sua casa, mas, procurando um ônibus que chegaria a Cabuçu, inadvertidamente embarcou no veículo da linha “Morro Agudo”, indo parar nas proximidades da rua das Graças . Essa hipótese é plausível porque em 1970 os pontos finais dos coletivos destinados a esses lugares distantes entre si, eram vizinhos e controlados pela mesma empresa de transportes. A partir daí, pensando estar em Cabuçu, passou a agir como ali agia, o que resultou em seu justicamento.

Louco, migrante, honesto, envelhecido pelo trabalho, porém mesmo assim com energias para apaixonar-se e sonhar com um recomeço expresso tanto em suas propostas de casamento a sua vizinha, como na construção de uma nova casa. Os periódicos cariocas desenharam em seu conjunto o retrato de um trabalhador sofredor e acima de tudo um injusticado.

Marina Colasanti foi a primeira jornalista a chamar a atenção para um aspecto diverso do caso: a culpa do Estado. Nas páginas do *Jornal do Brasil* ela ironizou as condições críticas de um local destinado aos “loucos”: a Colônia Juliano Moreira⁵, chamando a atenção para a ausência do Estado como causa para o massacre do “velho” que, solto entre os “sãos”, foi amarrado ao poste e trucidado. Solto, aliás, por agentes do Estado que em momento algum atentaram para a impossibilidade de o “louco” acertar o caminho da própria casa.

Era perceptível desde as primeiras matérias a necessidade jornalística de se encontrarem culpados para o crime. Se a própria vítima não era

culpável, restava a eleição de algozes mesmo antes de qualquer investigação. Tarefa simplificada pelas próprias circunstâncias da ocorrência, uma vez que o trecho da Rua das Graças onde Augusto foi supliciado era bastante habitado, próximo de bares, de um depósito de material de construção e esquina com a via principal do bairro, condição que tornava improvável a não existência de testemunhas.

Na ausência de culpados certos, todos eram pecadores, pelo menos por omissão, uma vez que Augusto permanecera no poste por pelo menos sete horas e na maior parte do tempo implorando por socorro nunca obtido.

Justos e ímpios

O Jornal do Brasil em sua primeira matéria dedicada ao caso, localizou uma família que parecia ter algo a ver com o crime. Tratava-se da família chefiada por Marino Eduardo dos Santos (o Edu). Ao profissional enviado por O Globo a Morro Agudo naquela manhã de segunda-feira, a esposa de Marino, Lucíola Esterque, disse que viu às 23 horas do dia do crime, Augusto ser preso ao poste por seis homens e deu até as características do que ela chamou de chefe do grupo. Diferentemente disso, o Jornal do Brasil esboçou a história, que ao final, constaria da trama embasadora tanto dos documentos que a polícia encaminhou ao judiciário, quanto do filme *Crueldade Mortal*.

Para o Jornal do Brasil Lucíola declarou informalmente aos policiais que às 23 horas de domingo

[...] o doente mental forçou a porta de sua casa, enquanto ela tomava banho. Gritou por socorro e conseguiu afugentá-lo, até que êle foi para duas casas vizinhas, onde também tentou entrar e foi igualmente repellido.

Na volta, o doente mental parou na frente da casa de Lucilda (sic) e gritou que ia ficar nu. Ao som de uma música que cantava, começou a despir-se, até que surgiram o marido e os irmãos de Lucilda (sic), que se juntaram ao vigia João Bonifácio de Souza, agarraram o doente e o arrastaram para outro local.⁶

As declarações de Lucíola Esterque apontavam para uma participação pelo menos parcial de parentes seus no “crime coletivo”, jogando a família na incômoda situação de ter se omitido ao não sair de casa a fim de desamarrar o supliciado mesmo após às duas horas da manhã quando não havia mais ninguém na rua além do “velho”.

Um novo personagem salta das declarações da esposa de Marino Eduardo dos Santos e é ele o vigia da Fornecedora de Materiais Novo Mundo, João Bonifácio de Souza (João Vigia). Segundo este, Augusto tentou invadir a casa do “marginal conhecido por Beca”, foi agarrado por este e dois comparsas, agredido e finalmente preso ao poste com cordas roubadas da Fornecedora Novo Mundo. Como o vigia tentou impedir a entrada dos “maconheiros” na loja, acabou agredido e obrigado a fugir do local.

Essa versão inicial rapidamente caiu por terra, uma vez que Jorge Tolentino dos Santos (o Deca e não “Beca”), apresentou-se ao delegado praticamente ao mesmo tempo que Valter de Oliveira Coelho (o Carioca). O primeiro alegou inocência, admitindo que atacara sim o vigia João Bo-

nifácio, porém isso fez a fim de que esse e o marido de Lucíola desamar-rassem as mãos do “velho maluco” que gemia em frente de sua casa caído em uma vala.

Efetivamente Deca afastou os dois primeiros ofensores, retirando a arma do vigia e agredindo-o, bem como assustando Marino atirando para o alto, porém isso valeu de pouco, porque enquanto o tio de Deca oferecia a Augusto uma calça - vestida do lado avesso - e o vigia procurava curar a cabeça ferida por duas coronhadas dadas por Deca, Marino procurou o auxílio de um vizinho chamado Júlio César Cândido da Silva - que também foi agredido por Deca - e de Válter de Oliveira Coelho e Sebastião Aguiar (o Tião da Marta).

Contra o grupo aumentado de agressores, nada mais pode fazer Deca.

Valter confirmou essas declarações e confessou ter retirado do poder de Deca o senhor Augusto, que logo em seguida foi amarrado ao para-choque de um caminhão pertencente à loja onde João Vigia trabalhava. Sem explicar porque, informou que jogou em Augusto dois baldes de água fria após ter perguntado ao vigilante se podia solta-lo do caminhão, ao que a resposta foi: “amarra esse cão no poste agora”. Obedeceu enquanto um novo personagem - João Miguel da Silva (o Dão) - o esmurrava violentamente. Isso feito, foi para sua casa e somente soube pela manhã do desfecho.

Várias testemunhas desmentiram em parte o que Valter disse, colocando-o na cena do linchamento por muito mais tempo e indicando-o, juntamente com Dão, como o agressor mais encarniçado da cena. As mesmas testemunhas indicam que João Vigia era aquele que dava as ordens e

Lucíola incentivava o massacre gritando palavras de ordem do tipo “acabem logo com este ladrão” e “segurem o homem. Ele quis invadir minha casa”.

Um personagem ou outro entra nos relatos jornalísticos (tanto que o inquérito policial indiciou 16 pessoas), porém os elencados acima foram sempre os mais frequentes.

Deca é no relato jornalístico o único lado sensível, racional do enredo. Os outros envolvidos são assemelhados a animais incapazes de perceberem em Augusto somente o que ele era: um migrante fraco, doente, solitário, perdido.

A mídia da época caminhou na direção do entendimento de que Lucíola, Dão, Marino, João Vigia, Carioca, etc. pudessem antecipar o desfecho de seus atos e que poderiam ter evitado tudo se fossem menos “bárbaros”.

Mas o lugar não ajudava. Ser civilizado em Nova Iguaçu na década de 1970, na visão do profissional de *Veja* que cuidou do caso de Jardim Iguaçu, era algo impossível talvez devido a “cidade incrivelmente espalhada, suja e pobre”, ser formada por “ruas enlameadas, casas precárias de tijolo e tábuas, terrenos baldios onde patos, cabras, galinhas, porcos e cães sem dono vivem ao lado de crianças, geralmente barrigudas e descalças.”

Resta enxergar para além dos fatos apresentados pelos periódicos e desvendar o que transformou a “gente boa”, “calma e tranquila” de Morro Agudo “num bando de possessos. Num bando de selvagens. Num bando de bárbaros. Num bando de falsos homens e de falsas mulheres”⁷.

A resposta à pergunta do jornalista Luiz Carlos Sarmiento feita quatro dias após o massacre do “jardim do linchamento”⁸ urge ser dada: “o

que está acontecendo com aquela gente? Que estranha droga tomaram para se transformar em possessos?”

Um pouco da história do “jardim do linchamento” e do distrito de Morro Agudo desde a sua ocupação até o momento do crime aqui descrito pode ser útil na localização desse caso.

Numa terra estranha

Morro Agudo era o nome de uma das fazendas legadas por Francisco Luís Soares de Sousa e Melo à Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro em meados dos anos 1910 e sobre a qual se estabeleceram inúmeros loteamentos originadores dos tantos bairros populares que constituíram o antigo primeiro distrito do município de Nova Iguaçu.

Nos anos finais do século XIX foi inaugurada nessa localidade uma estação da Estrada de Ferro D. Pedro II, que atraiu população para o seu entorno repleto de propriedades derivadas do retalhamento do antigo latifúndio.⁹

A entrada em cena da cultura citrícola coincidiu com o esfacelamento das propriedades existentes ali e com a chegada dos trens. As condições estavam postas para o ajuntamento de gente que se encaminhou para o lugar a fim de trabalhar nas lavouras citrícolas ou no beneficiamento dos frutos.

Anos 1920. Nos principais periódicos cariocas Morro Agudo aparece como uma estação à volta da qual existem diversos sítios e chácaras onde sobrevive “uma pobre gente”, “pacata” e “laboriosa”.

Muito embora as atividades econômicas principais do lugar “parado no tempo” continuassem as do século XIX, é possível encontrar nas páginas do *Jornal do Brasil* amostras daquilo que seria regra daí a poucas décadas: o movimento pendular de trabalhadores subalternos¹⁰ entre essa estação e o centro da então capital federal.

Diferentemente das décadas anteriores, nessa e ao longo das duas seguintes, a localidade de Morro Agudo surge já como parte integrante dos subúrbios cariocas. Um subúrbio ruralizado, entretanto, a “Califórnia brasileira”, a melhor terra produtora de laranjas do interior do estado.

Uma visão positiva constrói-se nas matérias quando o assunto diz respeito ao lugarejo. Exemplo disso é uma chamada do *Jornal do Brasil* do ano de 1927: “Em Morro Agudo também há ladrões”¹¹ ou a matéria de *O Globo* do dia 01 de fevereiro de 1932 tratando da chegada de energia elétrica:

Morro Agudo, é sem favor, o maior centro de cultura da laranja, é a Califórnia Brasileira; seus frutos são conhecidos no estrangeiro como os melhores do mundo. Seus habitantes constituem um núcleo de gente honrada, trabalhadora e amante do progresso.¹²

Nessa mesma matéria o prefeito Sebastião de Arruda Negreiros, discursando na inauguração de uma praça, conclama proprietários de terras da região que as loteiem a fim de que se povoe as redondezas e sejam abertas novas ruas e construídas mais praças. Ao que parece, a ideia de “progresso” da região pressupunha o crescimento populacional do distrito.

Os classificados dos jornais cariocas, a partir dos anos 1940, revelam a solidificação dos sonhos do prefeito no que diz respeito à criação de

loteamentos. Se nos anos 1920 e 1930 os anúncios de compra e venda de terras continham informações acerca da distância entre as propriedades e as estações ferroviárias ou o número de laranjeiras produzindo, nos anos 1940 eles tratam da existência de alguma rota de ônibus próxima do local ou da quantidade de lotes menores em que podia ser dividida a terra. Continuarão a existir oferecimentos de chácaras e sítios possuídos por pomares e destinados ao que os anunciantes chamam de *weekends*, porém no imediato pós-guerra, bem como nas décadas seguintes, o que predominam são anúncios de sítios e chácaras sendo oferecidos para quem intencionava retalhar a terra e revendê-la em forma de terrenos destinados à construção de residências.

A maneira de anunciar tais terrenos visava apresentar as vantagens do empreendimento. Nada parecia mais importante para os vendedores que oferecer um produto muito barato e fácil de ser comprado. O mais comum era que se pedisse dos futuros construtores 5% do preço do imóvel e que se dividisse o restante do valor em até 100 vezes. Secundárias, mas também importantes para a venda, eram outras informações, como a distância entre o local e estações ferroviárias, o centro do município, os pontos de parada ou final de transporte rodoviário coletivo, alguma rodovia e principalmente o centro da cidade do Rio de Janeiro, destino cotidiano do futuro construtor.

Ano de 1970. Apresentando o distrito de Morro Agudo, um jornalista do Correio da Manhã entrevista uma agente recenseadora do IBGE que resume a visão sobre quem mora ali chamando-os de “ignorantes, rudes, paupérrimos, tristes, cheios de filhos e de dívidas”.¹³ Muito diferente

da década de 1930, quando grupos de escoteiros, o Clube de Excursionistas do Brasil e o Moto Club do Brasil escolhiam Morro Agudo como destino de excursões,¹⁴ agora aquele distrito do município precisava ser evitado.

O tempo dos laranjais estava cada vez mais enterrado e sobre o solo dos antigos pomares brotavam milhares de terrenos formadores de bairros onde até a infraestrutura mínima para uma vida urbana inexistia.

As duas únicas preocupações dos agentes loteadores na montagem de seus empreendimentos eram a delimitação entre cada terreno e a abertura de ruas. Pavimentação de vias, iluminação pública, saneamento básico e fornecimento de água potável nunca foram preocupações dos empreendedores imobiliários e jamais foram exigências dos governantes municipais¹⁵.

O “Jardim do Linchamento”

Jardim Iguaçu foi o nome dado pela Imobiliária Delamare S.A. a uma área de Morro Agudo. Em junho de 1953 surgem nos jornais cariocas os primeiros anúncios da abertura do novo empreendimento dessa empresa que na região da Baixada Fluminense parece ter se especializado em obter terras¹⁶, transforma-las em loteamentos e negociar os lotes. No final do mês de agosto desse mesmo ano, os classificados dos principais jornais anunciavam o início da venda dos “magníficos” terrenos do Jardim Iguaçu. Informava-se que o valor de cada lote era Cr\$ 40.000,00, que o futuro morador deveria adiantar 5% desse valor imediatamente e que o saldo deveria ser pago em 100 prestações de Cr\$ 380,00.¹⁷

Sabendo-se que os migrantes que chegavam em Nova Iguaçu em profusão naquele momento quase sempre recebiam salário mínimo por trabalhos realizados na Guanabara¹⁸, gastavam parte do que recebiam com sua locomoção e ainda que a casa precisava ser construída no lote ao mesmo tempo em que esse era pago, poderia ser um grande problema para o futuro morador do bairro manter seu compromisso imobiliário, principalmente se acreditarmos na agente recenseadora citada acima.

Talvez por isso, ao longo dos anos seguintes a 1953, diversos são os anúncios de leilões judiciais de terrenos localizados no Jardim Iguaçu. É mais lógico, entretanto, considerar que as dificuldades para se pagar os terrenos tenham se dado muito mais por conta das instabilidades econômicas de grande parte dos homens que ali chegavam, a maioria dos quais ocupantes de posições cambiantes em demasia em uma indústria já por si instável como a da construção civil.

Apesar dessa realidade, o pagamento do terreno pareceu a melhor alternativa para a maioria dos ouvidos por mim na realização dessa pesquisa. Praticamente todos os depoentes apontaram a obrigação de pagar o lote como menos complicado porque o valor era baixo e se mantinha inalterado ao longo do tempo, enquanto seus ganhos acompanhavam os reajustes do salário mínimo.

As maneiras como se davam negociações entre moradores revela também aspectos dessa despreocupação em relação ao pagamento das obrigações anexas à compra de um lote. Ao descrever como obteve o terreno onde construiu sua casa, um dos entrevistados apresentou o seguinte relato:

Bem, eu cheguei no Rio pra servir em 1961. Comprei aqui já no final de 60. Meu primeiro lote era ali em cima e eu tinha comprado lá prá 64, 65. Eu morava numa pensão lá de Marechal e a dona era uma mulher doida e eu tava querendo um lugar mais tranquilo e comprar as coisa para casar e então eu vim procurar lote nesse loteamento porque outros amigos meus lá de cima [Minas Gerais] já tinha vindo e então eu comprei o lote e fui fazendo os tijolo e fui eu mesmo construindo a casa. Depois que eu casei, o senhor que comprou aqui viajou pra Bahia e pediu pra mim cuidar da casa dele, só que ele não voltava e um dia o corretor veio receber e disse que tinha três mês atrasado e que ia pegar de volta. Eu perguntei se podia pagar pra ele. Aí eu paguei e quando o senhor voltou eu falei que paguei os mês. Ele falou que era pra mim ficar pra mim a casa porque ele tava indo pra Brasília trabalhar lá que tinha gente indo trabalhar lá e ficando rico. A gente foi no corretor. Ele me passou, aí eu terminei de pagar e construí essa casa aqui porque a dele era pequena lá no fundo do lote.¹⁹

Dentro do conjunto de estratégias populares que tornavam possível uma nova vida na periferia de Nova Iguaçu, a compra do lote e a construção da casa era fundamental.

O fato de um morador do Jardim Iguaçu gastar no ano de 1961 - saldando definitivamente um terreno comprado da Imobiliária Delamare em 1953 - aproximadamente dois e meio por cento do salário mínimo - porcentagem dez vezes menor que a da primeira prestação - expressa a maneira popular de sobreviver fugindo dos aluguéis cariocas, das remoções costumeiramente ocorridas nas favelas ou do despejo por falta de pagamento de mensalidades nos conjuntos habitacionais destinados aos removidos de favelas.

Vale lembrar que os anos 1960-1970 são aqueles em que da forma mais feroz ocorre a limpeza do núcleo metropolitano fluminense dos elementos humanos indesejados e sua subsequente invisibilização²⁰. Não é difícil descobrir que tal processo de saneamento social se deu completamente às custas dos indesejados, todos eles incluídos de maneira perversa em um sistema onde os salários recebidos por trabalhadores subalternos foram mantidos em níveis oficialmente muito baixos²¹, ao mesmo tempo em que os valores de alugueis, mesmo nas áreas periféricas da região metropolitana fluminense, tornavam-se cada vez mais elevados²² e os financiamentos públicos de habitação, bem como as obras de infraestrutura urbana, direcionaram-se cada vez mais para classes superiores e para as áreas destinadas a essas e por isso denominadas “nobres”²³.

Aos invisíveis proletários - quase sempre recém-migrantes - passou cada vez mais a restar a péssima mobilidade urbana, a completa desestrutura dos bairros originários de loteamentos e as muitas ausências públicas e privadas.

Maria Edith Beloch localiza a década de 1950 como aquela em “que o processo de retalhamento da terra vai ganhar novo impulso”. Reflexo da crise da citricultura, da industrialização recente e da “ampliação da rede rodoviária”. O resultado imediato em Nova Iguaçu foi o espantoso aumento de áreas destinadas aos lotes proletários. Entre 1950 e 1955 a área municipal loteada cresceu 239%.²⁴

A existência de lotes mantidos vazios por um longo tempo, identificada por Pedro Pinchas Geiger e Myriam Gomes C. Mesquita em trabalho de 1956²⁵, revela o desespero dos proprietários das antigas terras

agrícolas de valoriza-las, não guardando correspondência com as necessidades habitacionais dos recém-migrantes. A existência em 1950 de 108.577 lotes vagos na região de Nova Iguaçu e dos seus antigos distritos de Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti, que no mesmo ano totalizava cerca de 350.000 habitantes, demonstra que o número de lotes superava bastante a demanda da população urbana, ao considerar-se a média de cinco habitantes por casa construída em cada lote²⁶.

A absoluta inexistência de coordenação do Estado na ocupação das terras, seja na exigência de que os loteadores fornecessem a infraestrutura urbana básica, seja na participação direta no processo de construção das propriedades ou do incentivo da entrada em cena de empresas e profissionais capacitados, como engenheiros e arquitetos, relaciona-se com a tradição brasileira de concentrar poderes e privilégios dentro das classes historicamente proprietárias. A promoção da “desigualdade social no território urbano”²⁷ certamente foi garantida nessa conivente omissão estatal completamente responsável pela transformação dos recém migrantes em auto construtores de suas casas e da infraestrutura precária e necessária para a sobrevivência no Jardim Iguaçu.

Informalidades invisíveis

A fala a seguir transcrita, apresenta uma razão para que alguém recém-vindo do interior agrícola do Brasil ou de uma área periférica da Guanabara percebesse vantagens na compra de um lote no Jardim Iguaçu:

A diferença daqui pra outros lugares que a gente morou antes era aqui eu não precisava pagar nada de

taxa e não precisava me preocupar com nada além de fazer a casa e de ir trabalhar lá embaixo. Sem aluguel, sem fiscal, usando material que sobrava das obras que eu trabalhava, ficou mais fácil fazer aqui. Em outro lugar não ia poder fazer igual a gente fez aqui... foi juntando material aos pouco, fiz mais uns quartinhos ali nesse terreno que ninguém ocupou antes... passei a alugar pra quem ia chegando e não podia nem pagar as prestação do terreno. Dava muito trabalho esse negócio de alugar esses quartinhos, mas ajudou na criação das criança e o dono do terreno nunca apareceu mesmo!²⁸

A informalidade envolvida na ocupação, a não presença estatal - que nas falas dos moradores do bairro surge como razão principal das agruras de quem mora ali - paradoxalmente é frequentemente positivada, porque facilitadora da criação de um modo próprio de se morar no novo lugar.

No fragmento transcrito acima, o morador, que chegou ao bairro no início dos anos 1960, valoriza a informalidade constatando que é exatamente ela que permitiu tanto a lenta construção de sua casa quanto a constituição de um negócio que garantiu uma melhoria das condições de vida da família. A ocupação de um terreno abandonado e a construção ali de alguns quartos que locou ao longo dos anos 1960 e 1970, permitiram sua sobrevivência e ainda a montagem de uma loja de materiais de construção.

O entrevistado por mais de uma vez chamou a atenção para esse aspecto da ocupação do bairro, explicando que o que mais existia nele era o comércio improvisado de cachaça, tijolo e comida.

Não é difícil concluir a partir das muitas falas de moradores do bairro, que a inexistência de qualquer regulação tornava o lugar atraente

para fugitivos das dificuldades inerentes a uma transferência campo-cidade ou favela-Baixada quase sempre contra a vontade e não assistida de nenhuma forma por qualquer instância oficial.

A invisibilidade das pessoas que ocuparam o Jardim Iguaçu nas décadas iniciais da colonização assemelha-se a de todos os pobres que foram viver ou nasceram na Baixada Fluminense entre 1940 e 1980, porém foi tal condição que incentivou a criação de uma identidade única, fugaz e caracterizada por uma grande dubiedade.

Não exatamente isolados de uma maneira proposital, porém esquecidos após a saída das empresas loteadoras de cena, processou-se a lenta construção de maneiras bastante próprias de conviver com as dificuldades esperadas e as vantagens colaterais das circunstâncias de chegada e produção do novo espaço.

Olhando o conjunto maior de bairros ao qual pertence o Jardim, é perceptível nas falas de muitos entrevistados o espanto ante à repentina e abrupta transformação das vastidões agrícolas repletas de pequenas chácaras, matas e de muitos trabalhadores vinculados aos pomares e aos vários *parking house* em “verdadeiras favelas”, designação que Maria Therezinha de Segadas Soares em 1962 dá ao pequeno conjunto de casas inauguradoras da ocupação proletária das antigas terras da Santa Casa de Misericórdia no trecho aqui transcrito de seu artigo da Revista Brasileira de Geografia²⁹:

[...] loteamentos mal traçados, com escassas construções, casebres construídos sem nenhum alinhamento - verdadeiras favelas - laranjais maltratados ou ainda viçosos se avizinham, enquanto, em espaços amplos, abertos pelos tratores e já recobertos de capim nôvo pastam os animais.

A fala a seguir traduz a situação expressa pela pesquisadora:

Quando eu cheguei era uma zona geral. A propaganda da imobiliária era uma beleza, mas de verdade isso era um horror! No anúncio era um bairro bom com banco, telefone, luz, comércio na porta e tal. De verdade não tinha nada. Tinha uma chácara aqui naquela esquina com um monte de laranja ainda. Lá atrás era um pasto cheio de boi e pra cima aqui era uns três, quatro loteamento pequeno cada um com um nome diferente. Depois tudo virou Jardim Nova Era, mas naquela época não tinha nada, só as nossa casinha de meia-água ou uns barraquinho pequeno de um quarto e não tinha ônibus, era só umas lotação ou ia andando até uma estação e lá pegava trem lá pro Rio. Quando chovia lá pra baixo enchia tudo e aí não dava pra chegar na estação. Quem olha agora nem imagina o que era.³⁰

Na sequência um outro depoente, incentivado a falar acerca das primeiras ações em seu novo local de moradia, vinculou sua experiência rural em Minas Gerais com aquilo que passou a fazer em seu quintal e em alguns outros terrenos vazios do lugar:

Era assim: eu trabalhava lá para os lados de Duque de Caxias arrancando árvore, (...). Eu trabalhava lá o dia todo, mas de segunda até sexta. No sábado eu ia ajeitando as coisas aqui e fui fazendo a casa sendo o ajudante do pedreiro e depois eu olhei pra o terreno. Era grande, dava muito mato, cobra, rato e aí eu comecei a limpar e daí eu fiz uma horta. Não, primeiro eu plantei milho e mandioca nesse quintal e fui limpando os de volta desse e plantando. Depois de um tempo eu fiz uma horta boa. Lembro direitinho até hoje. Peguei uns jornal velho e botei na terra e joguei esterco e palha e terra em cima e lá plantei as verdura. Dava muita

couve e alface. Demais mesmo. Depois da horta eu fiz uns chiqueiro ali em baixo e criava cada capado que só você vendo! Dava pra fazer isso aqui naquela época porque era vazio. Tinha muitas árvores que a gente plantava e muita fruta. (...), mas eu cheguei antes até a vender carne na feirinha que tinha ali na rua da padaria lá pra setenta e tal.³¹

Mas, se na visão de Segadas os loteamentos geraram imediatamente “verdadeiras favelas”, uma olhadela mais de perto nos lotes de Morro Agudo e nos moradores-construtores refugiados ali, revela realidade diversa das favelas cariocas. Salta logo aos olhos o fato de que os lotes que formam as casas de “favelas” eram propriedades valorizadas por seus moradores.

Tudo indica que um certo discurso oficial valorizador da propriedade e vinculador dessa como uma espécie de virtude terminou por vencer.³²

Como pode se apreender da fala de meus entrevistados, a origem rural da quase totalidade foi inicialmente preservada, sendo muito comum o elogio comunitário aos que plantavam árvores frutíferas, criavam animais para o consumo das famílias ou cultivavam hortaliças. As casas pequenas edificadas sobre lotes não menores que 200m², deixavam algum espaço para a montagem de galinheiros, chiqueiros, pomares e hortas. Terrenos baldios em excesso facilitavam a criação de cavalos, cabras e vacas.

De uma forma contraditória, a realidade nem urbana e nem rural construída por esses novos migrantes - mistura estranha entre ausência pública, desespero de proprietários rurais fracassados, da ganância empresarial e das estratégias populares de sobrevivência - reforçou um senti-

mento de pertencimento muito facilitado pela existência da plena propriedade dos lotes por seus moradores. Lentamente as diferenças foram se dando entre um passado inseguro e um presente em que havia “o que perder”:

Na favela a gente tinha um barraco de madeira que podia deixar de ter qualquer hora. O camarada nunca morava direto numa favela só, nada era seu. Chegava polícia e botava os pobre pra fora, chegava um valente e expulsava a gente, você brigava com um vizinho e aí era obrigado mudar. Armava em outro lugar um outro barraquinho e começava tudo de novo. Agora aqui era meu. Nós passava a lutar pelo que era da gente e você tinha o que perder. [...] Quem veio da roça pensava que nem a gente que era favelado porque eles na roça não era dono de nada, trabalhava pro dono da terra sem direito a nada, então aqui fazia a vida que nem a gente das favela que veio pra esses lugar daqui.³³

Nada a se estranhar na visão espantada dos jornalistas cariocas que se deparavam com a Baixada nos anos 1960, 1970. Onde eles viam animais de diversas espécies soltos pelas ruas, casebres semiconstruídos, um sistema de valas negras afluentes de um valão ou de um rio ou riacho, ruas enlameadas em dias de chuva ou empoeiradas na seca - porém de qualquer forma esburacadas - vegetação alta em inúmeros lotes vazios, quartos pequenos e com aluguel irrisório, lojas toscas, postes com perigosas “gambiarras” fornecedoras da única iluminação pública do local, os recém migrantes originários do interior agrícola do Brasil ou aqueles que vieram das favelas cariocas, percebiam um universo possível, seguro e seu.

Olhando de longe, Morro Agudo era somente caótico, miserável, incivilizado, incentivador da criminalidade, enfim um “câncer próximo”. Mas esse ponto de vista estrangeiro não era confirmado por mulheres e

homens vivenciadores primeiros da colonização popular. Para esses o lugar era um refúgio:

Eu sei que falavam muito mal desse lugar quando a gente chegou. Só que é assim: o pessoal de fora pode pensar que quem vinha pra cá não sabia nem... Só que quem fala não sabe da nossa história. Tudo aqui era vindo de longe, era tudo pobre demais, não tinha nem onde cair morto. Vinha de lugar onde não dava pra ganhar nada porque nem trabalho tinha lá e você precisa comer, precisa dar comida pros filho e aí eles vinha e encontrava tudo vazio, mas o lote era barato e era nosso, então eles ia fazendo a casa devagar e arranjava trabalho longe, mas daqui dava pra ir trabalhar e a gente vinha pro que era nosso todo santo dia. Então quem criticava devia comparar isso aqui no início com os lugar de rico lá de baixo e aí é covardia comparar. Aqui sempre era lugar de gente pobre. Como qualquer lugar de gente pobre, não tinha coisa feita pelos político. Os político de Nova Iguaçu ficava lá no centro e vivia pra eles, a gente vivia pra gente e ia fazendo a vida aqui.³⁴

É bastante claro nas memórias de quem viveu o processo de ocupação popular de Jardim Iguaçu e da região circundante desse bairro, o entendimento de que sua vida era problema só dele e que a intermediação oficial não se faria, senão como ameaça.

Quando a questão era defender-se de ataque externo, a polícia não era uma opção imaginada. Seu contingente na Baixada era risível³⁵, se considerarmos o tamanho da área a ser coberta e a grande explosão populacional que se processava nesse momento.³⁶

Se no início da década de 1950, nos morros cariocas da Mangueira e do Telégrafo surgiu a primeira “polícia mineira”³⁷ como reação local à inexistência de proteção policial no lugar, nos bairros componentes do distrito de Morro Agudo - cerca de dez anos depois - a resposta para a

insegurança urbana foi também a improvisação das resoluções. Ao longo dos anos 1960, na medida em que furtos, assaltos e estupros se intensificavam na localidade, trabalhadores comuns passaram a andar munidos de facas do tipo peixeira ou com armas de fogo fartamente comercializadas em diversas lojas no centro da cidade de Nova Iguaçu.³⁸

Nas sessões policiais dos jornais, as agressões aos “trabalhadores” que tinham como cenário de ocorrência o distrito de Morro Agudo, aumentavam a olhos vistos na medida em que a década de 1960 caminhava e acentuam-se de forma drástica nos anos iniciais da década de 1970. As explicações dos profissionais da imprensa para a transformação de Morro Agudo no lugar “mais violento do Grande Rio” casam-se com a memória dos migrantes que ali já viviam nessas décadas:

Esses lugar aqui tudo nessa época que você tá perguntando... [décadas de 1950-1970] primeiro não tinha quase ninguém, só que de uma hora pra outra foi enchendo tudo. As chácaras iam fracassando. As laranja ia dando tudo bicho e aí os dono vendia, loteava tudo e as casinha aparecia. Todo mundo que ia chegando ia fazendo os barraco e muita gente foi fazendo umas avenida de casa [espécie de cortiço]. Aí virou uma vagabundagem que só! Porque o que mais a gente via aqui era boteco, menino de rua. Os pessoal assaltava lá embaixo e vinha tudo pra cá esconder. Vinha de trem que era fácil e aí ficava malocado aqui e descia pra roubar, mas ficava aqui e fazia os ganho deles aqui também. Era muito roubo de caminhão de entrega e muita invasão dos barraco. Levavam tudo das casa [...] polícia? Aqui tinha uns dois soldado no posto ali, mas ele não resolvia nada não. Eles separava briga, batia nos bêbado, mas ajudar a gente não ajudava nada não.³⁹

Cinco dias após dois irmãos serem atingidos por tiros disparados por ladrões que desejavam subtrair deles o dinheiro que carregavam a fim de comprar peixes no centro de Nova Iguaçu para serem revendidos na estação de Morro Agudo - como todo dia faziam⁴⁰ - um articulista do Correio da Manhã chamava a atenção para a insegurança constante do distrito iguaçuano:

O bárbaro crime ocorrido em Morro Agudo está exigindo providências imediatas do coronel Homem de Carvalho, secretário de Segurança do Estado do Rio. Morro Agudo é um distrito de Nova Iguaçu onde vive uma enorme e laboriosa população, gente boa e ordeira, em pânico permanente dada a completa falta de policiamento e a impunidade que acoberta os ladrões e maus elementos. De há muito que os pais de família ali residentes temem pela sorte dos filhos e aquilo de que tinham medo acabou acontecendo, com assaltantes desnaturados baleando indefesos meninos.⁴¹

A situação geral de insegurança que atingia os recém migrantes refugiados em Jardim Iguaçu evidenciava para os que ali viviam que a solidão dos mesmos era completa e de certa forma desejável. Se o Estado agisse na direção da melhoria de condições do loteamento, a informalidade diminuiria e as condições que tornavam a vida ali possível para os recém-migrantes desapareceriam.

No estranho jogo viciado do qual participavam proletários, capitalistas e poder público, os primeiros precisavam pagar o tributo por usurpar o sagrado direito exclusivo das classes superiores de ter um imóvel. O preço era autoconstruir sua casa por anos a fio sem nenhuma assistência estatal e estender para o espaço da rua as práticas da autoconstrução, significando isso que desde problemas simples como improvisar a rede de

esgotos da casa ou livrar-se do lixo doméstico, até garantir a própria segurança e da família era função do proprietário-proletário.⁴²

O princípio das dores

A cena inicial de *Crueldade Mortal* é a única de todo o filme em que existem policiais e é uma síntese da maneira como os periódicos de então trataram a população de Morro Agudo: “bárbaros” assassinos ou omissos, porém “gente boa” que preparava marmita para o trabalho, cuidava das crianças, dormia, rezava. Criminosos inesperados exatamente por matarem alguém da categoria não sacrificável⁴³. A sugestão era a de que se no poste fosse “barbarizado” alguém admitido por todos como um “maconeiro”, não existiria tanto alarde.

Sugere isso o fato da polícia iguaçuana incentivar a formação de milícias justiceiras⁴⁴ e utilizar “colaboradores” para fazer funcionar a sub-delegacia de Morro Agudo que possuía somente dois policiais de fato para dar conta da segurança de uma população estimada em mais de cem mil pessoas⁴⁵. O resultado era um trabalho policial caracterizado pela eliminação de qualquer um apontado como “bandido” e uma atitude violenta no contato com os “trabalhadores”.

Por outro lado, ao longo dos anos 1960-1970 a criminalidade acelerou-se sobremaneira na região de Morro Agudo, sendo comum invasões às casas, assaltos, furtos, estupros, latrocínios, etc. A solidariedade entre vizinhos parece ter se formado e alicerçava-se ela principalmente na necessidade de defesa mútua contra agressões externas.

Por mais dúvida que fosse a identidade entre os que viviam o lugar, é inegável que aquilo que os unia (o lote, a casa própria, a autoconstrução, a auto resolução de problemas urbanos, o trabalho duro, intermitente e instável na Guanabara, as dívidas, o trem, a fé, o conservadorismo, o excesso de filhos) fez vicejar um código de valores suficientemente forte para justificar a eliminação de alguém que não compartilhasse o cotidiano desses homens e mulheres e que ao mesmo tempo fizesse aflorar o medo justificador final da incorporação aos valores proletários de modelos violentos de ação como é o linchamento.

O crime de Jardim Iguaçu pode ser entendido como a ponta do iceberg. A partir do ano de 1970 vários foram as ações populares desse tipo ocorridas na região da Baixada Fluminense.⁴⁶ A imprensa explicou todos quase sempre da mesma forma: a fome, o subemprego, a falta de segurança pública transformava a população periférica em animais explosivos e prontos para tornar qualquer um em vítima do “extravasamento do povo”.

A ideia de “povo” que se vinga parece demasiadamente simples! Há muito mais no caso de Jardim Iguaçu e não é possível isola-lo das maneiras socialmente escolhidas pelos brasileiros para incluir no sistema seus trabalhadores subalternos. A impressão primeira é a de que a inserção dos pobres no sistema capitalista nacional é, antes de qualquer coisa, uma vingança social:

Isso aqui é um bairro pobre. Só de olhá vê, num tem nada, num tem as vantagem dos bairro de gente de posse. É que aqui é tudo gente pobre... é tudo trabalhador que tem uma profissão mas é pobre. Num tem gente de posse aqui... aqui é tudo gente sacrificado. A senhora anda por aí, tudo que vai vê foi feito por eles

mesmo nas horinha que sobre, as mulher e as criança ajudando. São tudo trabalhador que quer ter seu canto e age, num fica parado. Passa necessidade mas vai tocando pra frente... tem deles que às vez passa até fome pra compra um pouco de material... pra fazê um barraquinho que seja próprio seu (birosqueiro no Jardim Esperança).

A fala transcrita é de um dos personagens que Maria Helena de Beozzo Lima⁴⁷ ouviu no “Jardim Esperança” entre 1977 e 1978. Foram muitos os trabalhadores abordados pela autora que escolheu um loteamento localizado em Queimados, distrito iguaçuano à época, para investigar o fenômeno da autoconstrução da casa proletária por recém migrantes ou fugitivos tanto das favelas cariocas quanto dos conjuntos habitacionais construídos por órgãos do governo estadual da Guanabara ou, depois da fusão, do novo estado do Rio de Janeiro, a fim de receber as vítimas do saneamento social promovido pela ditadura civil-militar.

A autoconstrução consumiu tempo, dinheiro e vida das famílias pobres que colonizaram a Baixada principalmente nos anos 1960 e 1970. São frequentes os relatos de homens que adoeceram de tanto trabalhar a fim de juntar dinheiro para construir suas casas nos terrenos periféricos das cidades da Baixada. Assusta saber que famílias inteiras diminuía a quantidade de alimentos visando fazer sobrar dinheiro para “os material”. O grande esforço proletário deu-se absolutamente à margem de qualquer apoio estatal e na medida em que os casebres iam ficando prontos, passou a ser muito claro para os colonizadores populares que sua missão não estava acabada. Vivendo no auge da repressão política, até o recurso aos políticos “populistas” - que, nas décadas anteriores, nos morros e conjun-

tos habitacionais cariocas, pavimentavam o caminho dos populares na direção dos órgãos estatais - era negado a essa população que raramente pôde utilizar seu voto como moeda de troca por iluminação pública, colégios, creches, linhas regulares de ônibus ou manilhas que poderiam diminuir o mal cheiro do sistema de valas e valões a céu aberto.

A reivindicação de direitos não surgiu como opção em momento algum desse processo. “Um bando” de alienados, ou sobreviventes em busca de comida, teto, proteção, paz?

Antes da satisfação de qualquer outro desejo, havia a necessidade de transformar até a rua em espaço gerenciado pelos recém-chegados. Isso explica o grito de Lucíola Esterque que deflagrou o linchamento e tudo o que veio na sequência desse grito. Presos nesse bairro totalmente em construção - misto de roça e campo de refugiados - a possibilidade de vingarse de todos os opressores em um bode expiatório que fugia completamente do estereótipo de um facínora e - melhor ainda - era um completo desconhecido, surgiu, não na mente de um morador isolado, mas sim na “alma coletiva” descrita por Le Bon e analisada por Freud⁴⁸.

É fatal imaginar que é a “alma coletiva” que surge após o primeiro grito de “pega” ou “mata” em qualquer ação popular de justificação. Entendi o caso de Jardim Iguaçu, entretanto, não como uma exceção aos tantos linchamentos ocorridos no Brasil dos últimos 50 anos, procurei, no entanto, enxergar nos atos dessa peça de horrores os fios que ligam a insana revolta popular e a solidão pública desses colonizadores proletários completamente desprotegidos.

Entendo que há a necessidade de explorar no estudo das periferias brasileiras as formas “escolhidas” pelas populações deslocadas para os

pontos mais distantes dos centros metropolitanos, de sobreviverem aos muitos esquecimentos. Tais “escolhas” configuraram maneiras de pensar o espaço público em grande medida derivados da experiência quase sempre traumatizante de autoconstruir sua casa contando somente com a ajuda de seus vizinhos que viviam situações semelhantes de penúria.

Na “crueldade mortal” de Jardim Iguazu o que parece saltar aos olhos é a evidenciação de algo inerente àquela comunidade e que marcará todo o processo de colonização proletária da Baixada Fluminense: o compartilhamento de soluções imediatas inclusive para questões relacionadas à segurança.

O espanto de Luiz Paulino dos Santos, que - inspirado pelas matérias jornalísticas - transformou a violência extrema envolvida no processo em algo excepcional, justifica-se somente pela não compreensão das condições-limites experimentadas pelos personagens da trama real que inspirou seu filme.

Medo, raiva e sentimento de posse se irmanaram com a necessidade de catarse naquela noite chuvosa de 1970. Para os iniciadores do massacre, a questão fundamental podia ser proteger a posse de seus casebres em construção, suas mulheres e seus valores morais. Para a “gente boa” do bairro que passou em frente à casa de número 20 da rua das Graças e interrompeu a viagem até o ponto de ônibus que levava à estação de trens, para apedrejar, socar, esfaquear, cuspir e baleiar o “ladrão” preso ao poste que ainda “gemia baixinho” pela manhã, tratou-se simplesmente de vivenciar o lado mais sombrio da necessidade visceral de defesa pelo menos de um dentre os diversos inimigos presentes cotidianamente na vida de quem colonizava a Baixada Fluminense.

Notas

* Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, atuando na graduação e pós-graduação em História. ORCID <https://orcid.org/0000-0003-3985-4188>

¹ Selecionamos na investigação desse caso de justicamento popular os periódicos seguintes: *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *O Globo*. O motivo dessa escolha prende-se ao fato desses órgãos midiáticos serem, dentre os jornais cariocas com grande circulação em 1970, aqueles que tratavam de crimes ocorridos na Baixada Fluminense sem apelarem para uma abordagem puramente sensacionalista.

² MARTINS, José de Souza. **Linchamentos**: a justiça popular no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015, p. 74.

³ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 43.

⁴ Em janeiro de 1970 o salário mínimo na região do Rio de Janeiro era CN\$ 156,00.

⁵ COLASANTI, Marina. Uma ocorrência em Nova Iguaçu, **Jornal do Brasil Segundo Caderno**, Rio de Janeiro, 22 jan., 1970. p. 02

⁶ Moradores de Morro Agudo amarram doente mental no poste e o matam a pancadas, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 jan., 1970, p. 20.

⁷ SARMENTO, Luis Carlos. Os possessos, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 23 jan., 1970, p. 04.

⁸ Parte final do título da matéria principal da página 20 de **O Globo** do dia 20 de janeiro de 1970. A chamada completa é “Morreu amarrado ao poste no jardim do linchamento”.

⁹ PEIXOTO, Rui Afrânio. **Imagens iguassuanas**. Rio de Janeiro: [s.n.], [196-], p. 47,50.

¹⁰ A carta dos “operários” residentes em Morro Agudo e Queimados no ano de 1920 endereçada ao *Jornal do Brasil* e solicitando alteração no horário dos trens para que fosse possível iniciarem suas atividades em oficinas localizadas na capital às seis horas da manhã, demonstra já a existência ali de trabalhadores não ocupados na pomicultura. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 6 ago, 1920, p. 9.

¹¹ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 jul., 1927, p. 11.

¹² **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 fev., 1932, p. 04.

¹³ Hoje o julgamento dos matadores do astrólogo, **Correio da Manhã Anexo**, Rio de Janeiro, 4 jul. 1970, p. 01.

¹⁴ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 set., 1931, p. 17.

¹⁵ Em trabalho de 1980, Filippina Chinelli entrevistou agentes loteadores que atuavam na Baixada Fluminense. Um dos empresários, após afirmar “que o loteador não deve arcar com os custos dessas obras e sim os compradores”, explicava a precariedade dos loteamentos baixadenses alegando que “(...) um operário ganhando salário mínimo não tem

condições de comprar sem infraestrutura, imagina com infraestrutura.” (CHINELLI, Filippina. Loteamentos de periferia. In **Habitação em questão**, VALLADARES, Licia do Prado. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p. 49-68.

¹⁶ Há já uma vasta literatura acerca das maneiras de obtenção de terras na região da Baixada Fluminense entre os anos 1930 e 1960. A grilagem, em conjunto com a expulsão violenta do camponês da terra, era sempre um método de obtenção de terrenos (ver GRYNZSPAN, Mario. Ação Política e Atores Sociais: Possesores, Grileiros e A Luta Pela Terra Na Baixada, **Dados, Revista de Ciências Sociais** 33:02, 1990. p. 285-310 / GRYNZSPAN, Mario. Os Idiomas da Patronagem: um Estudo da Trajetória de Tenório Cavalcanti, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 05:14, 1990. p.73-90 / SILVA, Bráulio Rodrigues da; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008).

¹⁷ Entre janeiro de 1952 e julho de 1954 o salário mínimo nacional tinha o valor de Cr\$1.200,00. Possuindo uma economia de menos de dois salários mínimos, um trabalhador conseguiria pagar a “entrada” de um dos terrenos do Jardim Iguaçú, precisando ele dispor de 25% do salário mínimo vigente naquele momento nos seguintes 8 anos para de fato ser proprietário do imóvel.

¹⁸ DIAS, Heraldo. Desníveis sociais na Baixada Fluminense são cada vez maiores, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 ago, 1968, p. 16.

¹⁹ Joacir Fernandes Ferreira. Linderval A. Monteiro. Jan. 2015.

²⁰ VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se uma casa**: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 21 et. seq.

²¹ No início da década de 1970, no município de Nova Iguaçu, segundo dados do IBGE, 84,4% da população economicamente ativa sustentava sua família com menos de 2,5 salários mínimos. (FIBGE, Tabulações especiais censo demográfico de 1970). Em termos práticos, entretanto, a grande maioria da população periférica de Nova Iguaçu sobrevivia de trabalhos eventuais (bicos, biscates), não conseguindo o chefe da família em muitos meses no ano sequer receber um salário mínimo. (LIMA, Maria Helena Beozzo de. Em busca da casa própria: autoconstrução na periferia do Rio de Janeiro” In VALLADARES, Licia do Prado. **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 74.

²² Para efeito comparativo. No início do ano de 1970 o salário mínimo valia NCR\$ 156,00 e era possível alugar casas pequenas, pesquisando os classificados do *Jornal do Brasil*, em Duque de Caxias e Rocha Miranda (bairro carioca localizado a 27 km do centro da Guanabara e a caminho da Baixada Fluminense) por NCR\$ 150,00. Em setembro desse mesmo ano o *Correio da Manhã* publicou pesquisa do CENPHA (Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais) demonstrando que, embora a quantidade de imóveis disponíveis para aluguel houvesse crescido continuamente desde 1966, o valor dos alugueis havia aumentado consideravelmente em todos os anos pesquisados. Em média um aluguel de apartamento quarto-sala na Guanabara valia NCR\$ 320,00 e a taxa de reajuste era nesse ano de 195% para esse tipo básico de imóvel, contra 26% de reajuste sofrido pelo salário mínimo em maio de 1969. (Rio: ofertas caem, mas alugueis não caem, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 26 set, 1970. p. 08)

²³ SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In VALLADARES, Licia do Prado. **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 18-47.

²⁴ BELOCH, Edith Maria. **Loteamentos Periféricos**: Algumas considerações sobre essa forma de moradia proletária. Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil, 1980. p.180.

²⁵ GEIGER, Pedro Pinchas; MESQUITA, Myriam Gomes Coelho. **Estudos Rurais da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. p. 179-189.

²⁶ BELOCH, Edith Maria. **Loteamentos Periféricos**: Algumas considerações sobre essa forma de moradia proletária. Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil, 1980. p.49.

²⁷ MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade, **Estudos Avançados**, 17:48, 2003, p. 01.

²⁸ João da Silva Oliveira. Linderval A. Monteiro. Jan. 2015.

²⁹ SOARES, Maria Therezinha de Segadas. Absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro, **Revista Brasileira de Geografia** 24:02, 1962, p. 237.

³⁰ Gerson Severino Arruda. Linderval A. Monteiro. Jan. 2016.

³¹ Mauro da Silva Almeida. Linderval A. Monteiro. Jul. 2015.

³² Ao justificar a “erradicação” das favelas da Guanabara, o autor do relatório de uma autarquia federal, a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (CHISAM), diz que a população que mora em favela é “(...) invasora de propriedades alheias - com todas as características de marginalização e insegurança que a cercam”. Após a destruição de seu barraco o pobre se transformava, como que por mágica “em titular de casa própria” (CHISAM. Metas alcançadas e novos objetivos do programa. BNH / Ministério do Interior: Rio de Janeiro, 1971, p. 16).

³³ João da Silva Oliveira. Linderval A. Monteiro. Jan. 2015.

³⁴ Osvaldo Moreira Santos. Linderval A. Monteiro. Jul. 2015.

³⁵ Polícia da baixada não tem carro, pessoal ou telefone. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 out. 1975, p. 38.

³⁶ A tabela a seguir apresenta o crescimento populacional do município de Nova Iguaçu entre 1892 e 1980:

1892	1920	1930*	1940	1950**	1960	1970	1980
31.251	33.396	42.408	140,606	Nova Iguaçu - 145.649 (Duque de Caxias - 92.459/Nilópolis - 46.406/São João de Meriti - 76.463) Total - 360.977	356.645	727.140	1.094,650

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1892,1920, 1940-1980.

* SOUZA, Sonali Maria de. **Da laranja ao lote**: transformações sociais em Nova Iguaçu. Mestrado em Antropologia Social, MN, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil, 1992, p. 67.

**Ao longo da década de 1940 surgiram a partir de Nova Iguaçu os municípios relacionados nessa coluna. Preferi relaciona-los aqui a fim de que melhor se compreenda como a população do município cresceu. Nas colunas seguintes apresento a população do município de Nova Iguaçu após as emancipações dos anos 1940.

³⁷ A designação “polícia mineira” - aparentemente cunhada por um grupo de comerciantes dos morros da Mangueira e do Telégrafo em 1952 a fim de denominar a milícia formada por eles - deve-se, talvez, ao fato desse grupo ser bastante eficiente no trabalho de prisão de “Todos os elementos reconhecidamente perigosos, maconheiros, assaltantes” que eram detidos pelo grupo e encaminhados para a delegacia de polícia. As matérias citadas aqui correspondem às primeiras citações na imprensa carioca da ação desse grupo quase sempre muito positivamente visto pelos profissionais da imprensa, considerados protetores dos moradores trabalhadores dos morros, dando conta de substituir o poder público sempre incompetente em garantir a proteção dessa população:

Declarada Guerra entre a polícia mineira e paraibana. **Última Hora**. Rio de Janeiro, 16 jan. 1954, p. 20 / Baleados pela falsa “polícia do morro”. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 16 jan. 1954, p. 03. Grupos de comerciantes no policiamento dos morros. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 22 jan. 1954, p. 03 / É a vez agora da “polícia mineira”, **Jornal do Brasil, Segundo Caderno**, Rio de Janeiro, 15 mar. 1955, p. 01.

³⁸ Na série de reportagens “Baixada, Nordeste sem seca”, do *Jornal Última Hora*, o jornalista Maurício Hill intenta radiografar a Baixada Fluminense sugerindo em diversos momentos que além de pequeno, era altamente corrupto o contingente regional da força policial. Definiu ele os moradores da Baixada como vítimas da especulação imobiliária, dos sistemas de transporte precários e da invasão de marginais “guanabarianos” utilizados por vários políticos para acertar contas com os seus adversários e que se escondiam nos muitos quartos alugados existentes em Morro Agudo.

³⁹ Francisco Pereira. Linderval A. Monteiro. Fevereiro 2015.

⁴⁰ Dois bandidos em Morro Agudo matam menor para roubar, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 02 maio 1968, p. 10.

⁴¹ Território sem lei. **Correio da Manhã Segundo Caderno**, Rio de Janeiro, 7 maio 1968, p. 02.

⁴² Para uma análise mais detalhada do processo de autoconstrução na região da Baixada Fluminense ver MONTEIRO, Linderval Augusto. **Retratos em movimento: vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

⁴³ A ideia de “objetos sacrificáveis e não sacrificáveis” vem de GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. São Paulo: Paz e Terra, 1990, p. 25.

⁴⁴ Medo e fome se unem contra habitantes de Morro Agudo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 nov. 1975, p. 28.

⁴⁵ Morro Agudo, sem polícia, fecha portas e janelas às 18h com medo de assalto. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 out. 1975, p. 20. Dessa última fonte é interessante a seguinte informação: “Alcagüetes oficiais. A subdelegacia de Morro Agudo era chefiada por um investigador de polícia (Wilson Mussaurer), que forneceu carteiras de policiais a 25 alcagüetes, alegando não poder policiar sozinho um lugar onde moram 100 mil pessoas.”

⁴⁶ Para a década de 1970 os números noticiados pela imprensa carioca são de quatro linchamentos a cada ano em toda a região metropolitana do Rio de Janeiro, totalizando 41 justicamentos, a maior parte deles ocorridos em municípios da Baixada. Chama atenção, entretanto, o número de 23 linchamentos ocorridos entre 1979 e 1982 somente na

região da Baixada Fluminense, contra 6 ocorrências registradas no centro do município do Rio de Janeiro e 9 nas demais áreas da região metropolitana fluminense. (BENEVIDES, Maria Victoria; FERREIRA, Rosa Maria Fischer. Respostas populares e violência urbana: o caso de linchamento no Brasil (1979-1982). In PINHEIRO, Paulo Sergio. **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 230-233).

⁴⁷ Maria Helena Beozzo de Lima. Em busca da casa própria: autoconstrução na periferia do Rio de Janeiro. In VALLADARES, Licia do Prado. **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, 49-68. p. 72.

⁴⁸ FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.